

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.286.083/0001-95
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Salto Grande S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando se indicado de outra forma)

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15/ CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes - em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Arrendamento mercantil - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de Consumidores e Revendedores - são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia efetua análise individual dos saldos em atraso a fim de avaliar a necessidade de reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

f) Receitas e despesas financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e também acréscimos moratórios em contas

de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras referem-se à variação monetária sobre projetos de pesquisa e desenvolvimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016
Contas Bancárias.....	9
Aplicações financeiras	
Certificado Depósito Bancário - CDB.....	1.582
Overnight.....	9.470
TOTAL.....	11.061

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105,25% conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a..

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2016
Aplicações Financeiras	
Circulante	
Certificados de Depósitos Bancários.....	839
Letras Financeiras - Bancos.....	18.639
Letras Financeiras do Tesouro.....	4.939
Debêntures.....	1.861
	26.278
Não Circulante	
Letras Financeiras - Bancos.....	360
Debêntures.....	819
	1.179
	27.457

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, em 2016, conforme operação.

As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016.

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Suprimento a Outras Concessionárias.....	7.181	200	198	7.579
	7.181	200	198	7.579
Ativo Circulante....				7.579

Os valores a receber não estão vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Salto Grande, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Salto Grande para a Cemig Geração Salto Grande - S.A., Sociedades de Propósitos Específicos - SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada - ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física - ("CGF") ou "regime de cotas". A partir de 2017 a energia será comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

O saldo do ativo financeiro, em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

	31/12/2016
Geração - Bonificação de Outorga.....	402.515
TOTAL.....	402.515

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	31/12/2016
Saldo inicial em 01 de fevereiro de 2016.....	
Adição - Bonificação de Outorga.....	402.729
Recebimentos.....	(31.437)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga.....	31.223
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	402.515
Circulante.....	54.143
Não Circulante.....	348.372

7. FORNECEDORES

	31/12/2016
Suprimento e Transporte de Energia.....	219
Materiais e Serviços.....	1.284
TOTAL.....	1.503

8. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2016
Circulante	
Taxa de fiscalização.....	36
Empresa de Pesquisa Expansão do Sistema Energético - EPE/MME.....	29
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....	521
FNDCST - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.....	58
	644
Não Circulante	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.....	209
	209
TOTAL.....	853

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições Sociais

	31/12/2016
Circulante	
COFINS.....	360
PASEP.....	78
INSS.....	140
Outros.....	22
TOTAL.....	600

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	31/12/2016
Circulante	
Imposto de Renda.....	654
Contribuição Social.....	414
TOTAL.....	1.068

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia era de R\$405.268, subscrito e integralizado, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	31/12/2016
Reserva de Lucros	
Reserva Legal.....	2.287
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais.....	32.594
	34.881

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$32.594 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 25% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2016 foram conforme segue:

	31/12/2016
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Período.....	45.745
Reserva Legal Constituída.....	(2.287)
	43.458

Dividendo Obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado..... 10.864

	31/12/2016
Dividendos Declarados	
Dividendos intermediários.....	7.098
Dividendos Estatutários.....	3.766
	10.864
Dividendos Adicionais Propostos.....	32.594
Total dos Dividendos.....	43.458

Dividendos por ação

Dividendos Obrigatórios.....	0,026
Dividendos Adicionais Propostos.....	0,080
Total.....	0,106

Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$45.745:

- RS2.287 para constituição de Reserva Legal;
- RS3.766 para pagamento de Dividendos Estatutários;

- RS7.098 para pagamento de Dividendos Intermediários;
- RS32.594 para pagamento de Dividendos Adicionais.

A proposta de pagamento dos dividendos estatutários declarados e dividendos adicionais é como segue:

- RS7.098 pagos antecipadamente em 27 de dezembro de 2016;
- RS36.360, correspondentes a R\$3.766 de dividendos estatutários e R\$32.594 de dividendos adicionais, serão pagos até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observado este prazo, determinar os locais e processos de pagamento.

11. RECEITA

	31/12/2016
Suprimento Cotas - Geração Própria.....	47.520
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria.....	7.181
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga.....	(31.436)
Fornecimento bruto de energia elétrica.....	23.265
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a).....	31.223
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b).....	(3.615)
	50.873

(a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 06 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/12/2016
Tributos sobre a Receita	
COFINS.....	1.635
PIS-PASEP.....	354
	1.989

Encargos do Consumidor

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	204
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCST.....	204
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE.....	102
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.....	217
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....	899
	1.626
	3.615

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2016
Pessoal.....	821
Materiais.....	69
Serviços de Terceiros (a).....	2.112
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão (b).....	1.498
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos.....	32
	4.532

a) Serviços de Terceiros

	31/12/2016
Manutenção, Conservação e Instalações.....	1.174
Vigilância.....	202
Conservação e Limpeza de Prédios.....	422
Meio Ambiente.....	249
Outros.....	65
TOTAL.....	2.112

b) Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2016
Receitas Financeiras	
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro.....	1.594
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia.....	32
	1.626
Despesas Financeiras	
Variações Monetárias.....	(5)
	(5)
RESULTADO FINANCEIRO.....	1.621

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 15%) mais adicional de 10% (R\$140) e da Contrib